

Comunicado

AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA NO BANCO INTERNACIONAL DE CABO VERDE, S.A.

O Banco Internacional de Cabo Verde, S.A. (BICV) é atualmente detido diretamente a 99,9% pelo Novo Banco África, SGPS, S.A. e a 0,01% pelo Novo Banco, S.A., e indiretamente pelo Fundo de Resolução do Estado Português e pelo Fundo de Investimento Norte-Americano Lone Star, através da sua subsidiária Nani Holdings.

Em cumprimento do nº 1 do artigo 50º da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de abril, a 03 de agosto de 2017, o Novo Banco, S.A. e o Novo Banco África, SGPS, S.A. comunicaram ao Banco de Cabo Verde a intenção de alienar 90 por cento das ações do capital social e direitos de voto detidos no BICV à sociedade IIBG Holdings B.S.C.

A 23 de Janeiro de 2018, a IIBG Holdings B.S.C., com sede em Manama, Reino do Bahrain, com o capital social integralmente subscrito e realizado de USD 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), apresentou ao Banco de Cabo Verde a intenção de efetuar a aquisição de participação qualificada no BICV.

Dos elementos trazidos ao processo, para além do contrato de compra e venda de ações celebrado entre a IIBG Holdings B.S.C, o Novo Banco África, SGPS, S.A. e o Novo Banco, S.A, destaca-se especialmente o plano de negócios. Este, assente na diversificação estratégica da sociedade IIBG Holdings B.S.C, está voltado para a construção de um banco de investimento na África Ocidental e de um negócio de gestão de patrimónios localizados em Cabo Verde, tendo como principal objetivo gerir e expandir as atividades do BICV para: i) operações da banca de retalho/banca comercial; ii) serviços de banca transacional; e iii) serviços internacionais.

No âmbito da apreciação do pedido de aquisição de participação qualificada, o Banco de Cabo Verde levou a cabo diligências no sentido de apurar a adequação do proposto

adquirente, a sua influência provável na instituição financeira e a solidez financeira do projeto, em função do conjunto dos seguintes critérios:

- Identificação e análise das empresas que constituem o grupo financeiro, assim como identificação e análise da idoneidade dos beneficiários efetivos (*UBO - Ultimate Beneficial Owners*);
- Consulta a entidades nacionais e internacionais em matéria de inteligência estruturada sobre indivíduos e organizações de alto risco, abrangendo aspetos utilizados em rotinas como *Know Your Customer (KYC)*, *Anti-Money Laundering (AML)*, *Know Your Partners (KYP)*, cobrindo crime organizado, sanções, pessoas politicamente expostas, terrorismo, entre outros;
- Solidez financeira do proposto adquirente, designadamente em função do tipo de atividade exercida e a exercer na instituição financeira;
- Capacidade da instituição financeira para cumprir de forma continuada os requisitos prudenciais aplicáveis, tendo especialmente em consideração, caso integre um grupo, a existência de uma estrutura que permita o exercício de uma supervisão efetiva, a troca eficaz de informações entre as autoridades competentes e a determinação da repartição de responsabilidades entre as mesmas; e
- Averiguação da aquisição projetada sob o ponto de vista da prevenção da utilização do sistema financeiro para lavagem de capitais e financiamento do terrorismo.

Após a concretização deste processo, a estrutura acionista pretendida do BICV resulta em 90 por cento detido pela sociedade IIBG Holdings B.S.C e 10 por cento pelo NB



Banco de Cabo Verde

África, SGPS, S.A. e indiretamente pelo Fundo de Resolução, Estado português e pela Nani Holdings.

Esgotadas todas as diligências cabíveis, o Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, na sessão ordinária nº 17 de 18 de maio de 2018, apreciou o pedido de aquisição de participação qualificada no Banco Internacional de Cabo Verde, S.A., pela IIBG Holdings B.S.C, e deliberou aprovar a aquisição de participação qualificada correspondente a **90 % das ações do Banco Internacional de Cabo Verde, S.A.**, nos termos do número 1 do artigo 45º e números 2 e 9 do artigo 47º da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de abril (Lei das Atividades e das Instituições Financeiras), conjugados com o Aviso nº 5/2014, de 17 de outubro, referente às regras a serem observadas na comunicação de participações qualificadas em instituições financeiras, e o Aviso nº 4/2014, de 17 de outubro, que fixa critérios adicionais para apreciação da idoneidade, qualificação profissional e experiência dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das instituições financeiras.

O Banco de Cabo Verde, enquanto Autoridade de Supervisão do sistema financeiro nacional entende que o adquirente dá garantias de uma gestão sã e prudente da instituição a ser adquirida.

Banco de Cabo Verde, Praia, aos 24 de maio de 2018



Banco de Cabo Verde